

A PERSPECTIVA DO FEMINISMO COMUNITÁRIO SOBRE O TERRITÓRIO-CORPO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Reinaldo Eduardo da Silva Sales
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.
mestrado_reinaldoes@souunit.com.br

Gregory da Silva Bhaltazar
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.
Email: gsbalthazar@gmail.com

Simpósio Temático nº 35:
Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismo, Raça/Etnia, Sexualidades

Resumo

As argumentações apresentadas demonstram como o Feminismo Comunitário opera o conceito de território-corpo como uma forma de resistência ao patriarcalismo, ao colonialismo e ao neoliberalismo. Em outras palavras, para o Feminismo Comunitário é por meio da defesa do território e do uso que fazem do próprio corpo que as mulheres estabelecem um processo de resistência as diferentes violências que sofrem. E é isto que procuraremos destacar nesta reflexão teórica. O primeiro território a ser defendido é o próprio corpo diante das várias violências que sofre, como as de gênero, raça e classe. Por isso, é importante descolonizar e transcender o gênero. O corpo também é um espaço por meio do qual se criam estratégias de luta política, dentre as quais destacamos: a produção de conhecimento local; a promoção de práticas educativas interculturais; a necessidade de desnaturalizar a invisibilidade das mulheres racializadas; a superação do imaginário estético racista ocidental; o empoderamento feminino; e a coletivização das lutas na defesa dos territórios e dos corpos que se articulam a partir do ecofeminismo. Desta forma, a organização coletiva das mulheres na defesa da vida, de seus corpos e dos territórios se expressa como práticas atravessadas pelas lutas antipatriarcais, antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais (OLIVEIRA, 2021). O território-corpo dá sentido às emoções, saberes e conhecimentos para si e para o cuidado com outros. Daí decorre a necessidade de compreendê-lo, respeitá-lo e valorizá-lo.

Palavras-chave: Feminismo Comunitário. Resistência. Território-corpo.

Abstract

The arguments presented demonstrate how Community Feminism operates the concept of territory-body as a form of resistance to patriarchy, colonialism and neoliberalism. In other words, for Community Feminism, it is through the defense of territory and the use they make of their own bodies that women establish a process of resistance to the

different types of violence they suffer. And this is what we will try to highlight in this theoretical reflection. The first territory to be defended is the body itself in the face of the various types of violence it suffers, such as gender, race and class. Therefore, it is important to decolonize and transcend gender. The body is also a space through which political struggle strategies are created, among which we highlight: the production of local knowledge; the promotion of intercultural educational practices; the need to denaturalize the invisibility of racialized women; the overcoming of the Western racist aesthetic imagery; female empowerment; and the collectivization of struggles in defense of territories and bodies that are articulated from ecofeminism. In this way, the collective organization of women in defense of life, their bodies and territories is expressed as practices crossed by anti-patriarchal, anti-racist, anti-capitalist and anti-colonial struggles (OLIVEIRA, 2021). The territory-body gives meaning to emotions, knowledge and knowledge for oneself and for caring for others. Hence the need to understand it, respect it and value it.

Keywords: Community Feminism. Resistance. Territory-body.

Introdução

Os argumentos apresentados neste texto são parte de um projeto de tese ainda em maturação sobre os modos de vida e as formas de resistência de mulheres em uma comunidade tradicional da Amazônia, cuja matriz teórica é o Feminismo Comunitário. O que se pretende demonstrar é como essa matriz teórica opera o conceito de território-corpo como forma de resistência ao patriarcalismo, ao colonialismo e ao neoliberalismo. Em outras palavras, o Feminismo Comunitário entende que por meio da defesa do território e do uso que fazem do próprio corpo as mulheres estabelecem um processo de resistência as diferentes violências que sofrem.

As questões relativas ao gênero são um problema inerente às sociedades em todas as épocas. Paredes (2013) e Cabnal (2010), argumentam que nos povos originários de Abya Yala¹ já havia patriarcalismo. Entretanto, a partir intrusão² dos europeus esse patriarcalismo assumiu características mais perversas porque vieram associadas a relações de poder trazidas pelo colonialismo, se interseccionando com outros aspectos como raça e classe. O capitalismo em sua origem e, sobretudo hoje em sua versão neoliberal, tem acentuado essas desigualdades baseadas em critérios de

¹ De acordo com Lorena Cabnal, feminista comunitária, evita-se o termo América Latina porque esse nome foi imposto pelo colonialismo sobre seu território. Prefere utilizar *Abya Yala*, expressão que no idioma do povo Kuna do Panamá, é utilizada para referir-se ao seu território ancestral original.

² Termo utilizado por Wassmansdorf (2017), para referir-se ao nefasto processo de colonização europeia na América Latina.

gênero. Portanto, patriarcalismo, colonialismo e neoliberalismo são peças da mesma engrenagem de dominação. Diante disto, alguns problemas se instalam, e é a partir deles que pretendemos construir esta reflexão.

Outro fator importante que justifica nossa opção pela matriz teórica do Feminismo Comunitário é que, considerando a sociodiversidade da América Latina, ainda há uma limitada oferta de conhecimento nas formas de fazer e pensar produzido por pessoas racializadas. Segundo Costa (2012) citada por Bozzano (2019, p. 5), há uma “necessidade estratégica de construir epistemologias desde outros lugares de enunciação que inclua a intervenção política feminista”, além da necessidade de “teorização própria de narrativas localizadas que descentralizem os quadros de referência atuais, e respondam a um lugar de enunciação vinculado à vulnerabilidade”.

Compõe o mesmo problema, as disputas e os conflitos decorrentes do modelo do capitalismo neoliberal que impactam de modo diferenciado nas vidas de mulheres latino-americanas, afrodescendentes, camponesas e indígenas ainda pouco trabalhados de forma sistemática. A análise desta problemática é potencializada ao se articular gênero e território às violências sofridas por mulheres, assim como às suas estratégias de enfrentamento.

Segundo Bozzano (2019), é importante construir novas epistemologias que potencializem as periferias como um recurso de resistência decolonial, dando centralidade às vozes, não só como meras fontes, mas enquanto sujeitas de direito. Mais do que produzir epistemologias *para* as mulheres latino-americanas é fundamental produzir novas formas de pensar e resistir *com* as mulheres do continente. Daí a necessidade de usar lentes que sejam capazes de perceber as diferentes violências, lutas e formas de resistência dos feminismos produzidos do lado de cá do mundo.

Como resposta a este processo de dominação é que surge o Feminismo Comunitário na Bolívia, a partir das organizações populares que culminaram em 2003 com a promulgação de uma nova Constituição Plurinacional. O Feminismo Comunitário é uma forma de recriação do pensamento feminista cujo propósito é reinterpretar as realidades da vida histórica e cotidiana das mulheres, defendendo seus direitos a partir de uma visão horizontal e recíproca.

Feminismo Comunitário

O Feminismo Comunitário é um conceito guarda-chuva que abrange outras formas de conceber o gênero a partir de uma perspectiva decolonial. Ele nos permite pensar em afetos, saberes e conhecimentos compartilhados, buscando agir nas brechas do capitalismo para construir “elaborações originais e coletivas de pensamentos críticos entre mulheres com diferentes trajetórias de luta, cânticos, poesias e sentidos vividos em comunidade que nos inspiram a outros horizontes comuns” (OLIVEIRA, 2021, p. 33).

Como movimento social, originou-se nas lutas de resistência contra o sistema capitalista, patriarcal e colonial das mulheres indígenas na Bolívia que se organizaram para combater as constantes violações dos direitos sobre seu território e seu corpo. Surge em 2003 da insurreição das mulheres bolivianas na luta contra a privatização da água e do gás. Sob a liderança de Julieta Paredes, organiza-se a *Asamblea Feminista* como espaço de reflexão do feminismo formulando os principais conceitos e práticas que o estruturariam enquanto movimento revolucionário que se disseminaria para outros países da América Latina (SACAVINO, 2016).

Para Paredes (2013) o feminismo no Ocidente responde às necessidades das mulheres em sua própria sociedade: elas desenvolveram lutas e construções teóricas que buscam explicar sua situação de subordinação. Ao se estabelecerem no mundo das relações coloniais, imperialistas e transnacionais, essas teorias tornam-se hegemônicas, embora não reflitam a realidade latino-americana. Daí decorre a necessidade de se propor um feminismo decolonial que expresse as ideologias e utopias das mulheres deste lado do mundo.

Segundo Cabnal (2010, p. 12) a proposta do feminismo comunitário

[...] foi elaborada a partir dos pensamentos e sentimentos de mulheres indígenas que se assumem como feministas da comunidade, neste caso as Aymara bolivianas de *Mujeres Creando Comunidad* (...) para contribuir com a pluralidade de feminismos construídos em diferentes partes de o mundo, para fazer parte do continuum de resistência, transgressão e epistemologia das mulheres nos espaços e temporalidades, pela abolição do patriarcado ancestral e original ocidental (*tradução nossa*).

Busca a desconstrução das relações verticais homem-mulher. Ao invés disso, apresenta o *chacha-warmi*, ou seja, uma relação horizontal e complementar do par mulher-homem, sem hierarquias, harmônico e recíproco, par de presença, existência,

representação e decisão, para enfrentar e desconstruir o sexismo, o racismo e a colonialidade (SACAVINO, 2016), cujas relações de reciprocidade ocorrem nos corpos, sem violências ou opressões.

Propõe a transformação da categoria gênero a partir de três dimensões:

Descolonizar o gênero: entendendo que também houve um sistema de gênero patriarcal antes da colônia; Superar o gênero: já que a equidade de gênero é fruto do neocolonialismo; Transcender o Gênero: de maneira a acompanhar os processos de mudanças vivenciadas no tempo presentes pelas mulheres (WASSMANSDORF, 2017, p. 9).

É importante problematizar a categoria gênero com o propósito de superá-la. Berenice Bento (2011), nos oferece algumas ferramentas que nos ajudam nesse intuito. Para ela existem algumas tecnologias construídas socialmente que fazem o gênero. Discursos religiosos, censura, gestos, olhares, roupas, cores e brinquedos são algumas das ferramentas que performam o gênero.

Essas tecnologias compõem um conjunto de suposições em torno de um corpo que estão ligados a desejos e expectativas para seu futuro. “Essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamento, gestos e subjetividades” (BENTO, 2011, p. 550) que acabam por definir as condutas de um determinado corpo. Porque antes nascer o corpo já está inscrito em um campo discursivo. O gênero é, portanto, o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos sexuais.

É possível pensar de outra forma? Transcender o gênero? Por serem “construídas” podem ser “desconstruídas”, embora essa seja uma atitude complexa e transgressora. Por isso concordamos que tanto o feminismo comunitário quanto Berenice Bento admitem que “não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. Há corpos que escapam ao processo de produção de gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero” (BENTO, 2011, p. 551).

Além disso, o feminismo comunitário também defende as quatro “D”: 1) desde os povos originários e as organizações populares se constroem os processos de libertação; 2) despatriarcalização dos Estados e sociedades, que ao longo da história tem gerado conflitos e destruição da natureza; 3) descolonização dos corpos, das culturas e dos territórios; e d) desneoliberalização das economias, do trabalho e da produção (BARBOSA, 2019).

Suas ações são produzidas a partir de diferentes reflexões, perspectivas e posicionamentos que denunciam as consequências do colonialismo, do patriarcado e do neoliberalismo que destrói a natureza, as comunidades e os corpos, principalmente das mulheres. O Feminismo Comunitário estimula a conquista de direitos coletivos da comunidade como um lugar de expressão das subjetividades, da memória ancestral, de espaço particular e do território, que é comparado a um corpo que tem uma parte homem, uma parte mulher e uma parte transgênero, relacionados por um princípio de reciprocidade (SACAVINO, 2016).

Sua epistemologia parte da comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida, defende o território e os corpos, estabelecendo uma relação horizontal do par complementar *chacha-warmi* (mulher-homem).

Como teoria social, o Feminismo Comunitário disponibiliza ferramentas que explicam as origens do patriarcado e suas dimensões de opressão sobre os corpos das mulheres indígenas.

O patriarcado é o sistema que promove as violências que afetam os corpos tanto de mulheres quanto de homens e de pessoas intersexos. Para Barbosa (2019) já havia a presença do patriarcado nas relações de gênero das sociedades pré-invasão, no que se denominou de *patriarcado originário ancestral*. Este patriarcado moldou papéis, usos e costumes fortalecendo-se com o tempo. Há elementos de análise que nos permitem mostrar suas manifestações, como por exemplo, as guerras tribais entre povos originários (CABNAL, 2010).

Para Lorena Cabnal (2010, p. 14)

[...] Existe um patriarcado ancestral original, que é um sistema milenar estrutural de opressão contra as mulheres nativas ou indígenas. Esse sistema estabelece sua base de opressão a partir de sua filosofia que regula a hetero-realidade cosmogônica como mandato, tanto para a vida de mulheres e homens como destes em sua relação com o cosmos (*tradução nossa*).

Entretanto, com a colonização há uma articulação, um *entronque patriarcal*, entre o *patriarcado ancestral* com o *patriarcado da conquista*, processo histórico que acentuou as opressões sobre os corpos racializados dos povos de Abya Yala, sobretudo das mulheres. Para Sacavino (2016), a decolonialidade do gênero, neste contexto, é importante para dar sentido e recuperar a memória das lutas das antepassadas contra um patriarcado instaurado antes da invasão colonial. De acordo com Barbosa (2019) vive-se deste lado do mundo um duplo patriarcado que oprime não só o território e a natureza, como também os corpos das mulheres.

Ainda como teoria social, o Feminismo Comunitário propõe cinco categorias de análise: espaço, tempo, movimento, memória e o corpo. Serão discutidas essas categorias, demonstrando que todas elas se entrecruzam com o corpo.

O espaço é onde o corpo se move. Compreende o tangível e o intangível. O tangível abrange os espaços públicos e privados (casa, escola, bairro, comunidade). O espaço intangível corresponde ao espaço político, onde se estabelecem as relações de poder, e o sociocultural, onde se tecem as redes e subjetividades femininas (SACAVINO, 2016).

Nas culturas ocidentais, por exemplo, o tempo é entendido como algo linear. Por outro lado, as culturas indígenas o concebem de modo circular regido pela natureza e orientado pela agricultura. Por isso, o tempo, sob esta lente, é uma condição para que o corpo se desenvolva e amadureça, cuja percepção do envelhecer não implica necessariamente algo negativo, mas diz respeito ao acúmulo de experiências necessárias para dar sentido à vida cuidando de si e dos outros.

O movimento é o que garante a subsistência dos corpos. Permite que as mulheres criem seus próprios modos de vida e suas formas de luta e resistência. Além disto, este conceito traz uma significação política, que possibilita as mulheres aspirarem melhores condições de vida. O movimento garante que os direitos conquistados não se tornem utopias frustradas. Ele serve como um instrumento mobilizador da comunidade para que as decisões e estratégias de resistência não sejam esquecidas ou ultrajadas (PAREDES, 2013).

A memória faz parte da trama que mobiliza as práticas decoloniais do feminismo comunitário. Ela é fundamental para que as lutas, conquistas e utopias não sejam esquecidas. Para Cabnal (2019), é preciso despatriarcalizar a memória reconhecendo que houve um patriarcado pré-colonial e que a situação de opressão e subalternidade das mulheres não ocorreu somente depois da chegada dos europeus. No entanto, esta categoria pensada acriticamente nos leva a perceber a época pré-colonial, como algo idílico, um paraíso perdido, quase perfeito para as mulheres. Esta é uma memória intencionalmente seletiva porque não reconhece a existência de injustiças herdadas da colonização, mas que também já estavam presentes nas sociedades anteriores, sob o signo do patriarcalismo originário. Por isso é necessário construir um memória crítica que recupere as lutas das mulheres e as resistências que impulsionam suas aspirações e utopias (SACAVINO, 2016).

O território-corpo como forma de resistência

Para o Feminismo Comunitário o corpo é a forma de existir de cada ser humano. Ele nos posiciona no mundo e nas relações de poder que se estabelecem antes mesmo de nascermos. Em uma mulher, o primeiro que se evidencia é o corpo de onde derivam as diferenças e são sentidas as explorações. Entretanto, também é no corpo que se age politicamente desenvolvendo estratégias de resistência.

Para Cabnal (2019), no início dos tempos não havia corpos de homens e de mulheres, mas a existência do corpo plural. Para Louro (2004), ao longo da história, a maioria das sociedades estabeleceu a divisão dos corpos masculino/feminino. Entretanto, ela não é natural, embora muitas vezes seja compreendida como originária, a priori e universal. É um engano supor que o modo como pensamos o corpo “seja generalizável para qualquer cultura, para qualquer tempo e lugar. A identidade sexual tem de ser pensada como enraizada historicamente” (LOURO, 2004, p. 75).

Louro (2004), também argumenta que em sociedades originárias, o corpo tinha menos importância. Foi como causa e justificativa de hierarquização e, conseqüente, dominação que ele ganhou um papel primordial no conjunto das diferenças. Hoje, como marca de poder as pessoas são posicionadas socialmente no interior de um grupo a partir de seus corpos. Por isso, a antiga concepção de corpo plural cede espaço à outra, que permitirá estabelecer relações de poder tendo como justificativa as diferenças inscritas nos corpos.

Para a pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021), na epistemologia Ioruba, onde o determinismo biológico não é preponderante, o ser humano é concebido de modo holístico não tendo, portanto, uma dualidade corpo-mente nem corpos generificados. Para ela, a diferença de gênero é um mito produzido desde muito tempo na cultura ocidental que aparece pela primeira vez na filosofia socrática.

A ruptura de um corpo plural para um corpo masculino/feminino acontece porque mesmo entre os povos originários foi criada uma forma de hierarquização baseada no gênero, processo se intensificou depois do *entronque patriarcal*. Por isso, o Feminismo Comunitário entende que o primeiro território é o próprio corpo, que precisa ser defendido e valorizado diante das várias violências que sofre, entre elas as violências de gênero, raça e classe.

Mas, junto com essas violências, surgem formas de resistências das mulheres tendo como base a defesa do território e o modo como usam o próprio corpo. Para Cabnal (2019, p. 11)

Viver em um corpo e no espaço territorial comunitário as opressões estruturais históricas criadas pelos patriarcados sobre minha vida, bem como sobre a vida das mulheres no mundo, me levaram a escrever e repensar a história e a cultura. Cotidiano em que eu viva, portanto, a seguir compartilho alguns dos elementos do feminismo comunitário que, ainda em processo de construção epistêmica, estão sendo tecidos a partir desse território histórico; meu corpo e sua relação com a terra (*tradução nossa*).

Muitas são as estratégias de resistência concebidas pelo Feminismo Comunitário que emergem a partir de um duplo movimento pela descolonização do conhecimento e da construção de novas práticas intencionalmente políticas que unificam as lutas pela despatriarcalização e decolonialidade no contexto do mundo atual globalizado.

Dentre estas estratégias está à produção de conhecimento próprio e local, de contra-narrativas em forma de ações políticas que expressem sua cultura e seus modos de vida. Para Bozzano (2019), é necessário elaborar epistemes que deem centralidade as periferias como uma alternativa de resistência, oportunizando vozes e experiências de sujeitas de e anticoloniais.

Outra estratégia é a promoção de práticas educativas interculturais que eduquem para uma ética do território e do corpo. Candau (2016), já demonstrou a importância que a educação intercultural tem enquanto proposta epistemológica voltada para a construção de sociedades plurais e democráticas que articulem igualdade e reconhecimento das diferenças culturais.

Também é fundamental desnaturalizar a invisibilidade das mulheres racializadas para que tomem consciência da sua importância na trama social. Julieta Paredes (2008) já argumentava que as mulheres são a metade de cada povo³. Esta é uma realidade que desde o processo colonizador se ignora e se invisibiliza.

Neste conjunto de estratégias se inclui a superação do imaginário estético ocidental que hierarquiza os corpos por critérios raciais, tomando como base o branqueamento da classe média ocidental. O que faz o Feminismo Comunitário é repensar criticamente o paradigma estético ocidental e construir, a partir dos corpos das mulheres, um processo de resistência e de utopias com relações horizontais e com

³ Não se refere especificamente em termos numéricos, mas em representatividade do gênero.

liberdade para agir. Concordamos com Sacavino (2016): para recuperar nossos espelhos é importante olhar para a nossa memória que não hierarquiza corpos nem estabelece padrões de beleza.

Este processo traria a potencialização do empoderamento, principalmente de sujeitas inferiorizadas porque estimularia a sua autonomia e emancipação social. Da mesma forma fortaleceria a construção de identidades dinâmicas, abertas e plurais. Para Cabnal (2010) defender o corpo implica provocar intencionalmente a ruptura dos pactos masculinos, muitos deles tácitos, com os quais se convive.

Por fim, é importante pensar na coletivização das lutas na defesa dos territórios e dos corpos que se articulam dentro do âmbito da ecologia. Daí a necessidade de fomentar práticas a partir de uma perspectiva ecofeminista que refutem os modos de vida predatórios que “tem inferiorizado a natureza e naturalizado o feminino para estabelecer processos de apropriação e controle dos corpos e territórios para desenvolvimento do capitalismo” (OLIVEIRA, 2021, p. 44).

Neste cenário, para o Feminismo Comunitário a categoria território-corpo foi concebida para enfrentar a exploração, as violências e opressões advindas desde o processo de colonialidade. Por isso, essa categoria é importante porque expressa emoções, memórias e utopias. É onde ocorrem as lutas, a existência e se produzem os saberes. É o lugar das resistências, pondo no centro a relação íntima e dialética entre corpos, territórios e comunidades nas vidas de mulheres de Abya Yala (OLIVEIRA, 2021).

De acordo com Oliveira (2021), o processo de opressão que recai sobre as mulheres, também impacta na natureza, territórios e nas coletividades, independente do gênero. Por isso, os homens racializados também são subordinados e deslegitimados diante da dominação política e econômica da elite branca.

Ao historicizar o patriarcado, é possível perceber que o gênero é elemento estruturador da colonialidade na América. De igual modo, é importante considerar que a heteronormatividade, o capitalismo e a classificação racial se encontram sempre imbricados neste lado do mundo. Só quando se entende que há uma relação intrínseca e interseccional entre gênero, raça e classe é que possível se estabelecer uma processo de luta e resistência rumo a um projeto feminista de descolonização nas terras de Abya Yala (COSTA, 2010).

Últimas Palavras

O Feminismo Comunitário surge para reinterpretar as realidades históricas das mulheres indígenas a partir de sua própria cosmopercepção. Enquanto movimento social busca a ruptura com o patriarcado. Da mesma forma estimula a organização coletiva das mulheres pela defesa da vida, dos corpos e dos territórios por meio de práticas antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas.

Enquanto epistemologia contribui com a pluralidade dos feminismos fornecendo ferramentas teóricas de resistência, a exemplo da categoria território-corpo. Ele entende que defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política (CABNAL, 2019), porque é no corpo que se sofrem as violências (pobreza, dominação, machismo, racismo, colonialidade), mas também é no corpo que se realiza a luta política transformadora por respeito e melhores condições de vida.

Referências

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, vol. 7, nº 11, Jan-julho 2019. p. 197-231.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.

BOZZANO, Caroline Betemps. “Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e58972, 2019.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. España, ACSUR, Las Segovias, 2010.

CABNAL, Lorena. **Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política**. Entrevista ao Instituto PACs, 26 de junho de 2019. Disponível em <https://pacsinstituto.medium.com/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b>. Acesso 10 Agosto 2021.

CANDAU, Vera Maria. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura de Souza Santos e a educação intercultural. In: CANDAU, Vera (Org), **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”?** Rio de Janeiro: 7 Letras; GECEC, 2016.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Revista Fragmentos**, número 39, Florianópolis/ jul - dez/ 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Tatiana (Org.) **Mulheres amazônidas**: ecofeminismo, mineração e economias populares, Brasília/DF, INESC: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2021.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAREDES, Julieta. **O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo**. Entrevista de Julieta Paredes dia 23 de Maio de 2016 ao Diário Liberdade. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/555380-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocacao--queremos-revolucionar-tudo> Acesso em 11 Agosto 2021.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino desde el Feminismo Comunitário**. México, Melanie Cervantes, 2013. Disponível em <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario.pdf>. Acesso em 10 Agosto 2021.

SACAVINO, Susana. Tecidos feministas de Abya Yala: Feminismo Comunitário, Perspectiva Decolonial e Educação Intercultural. **Revista Uni-pluri/versidad**, Universidad de Antioquia, Vol. 16, N.º 2, 2016.

TREJO, Marisa Gisele Ruiz. BETEMPS, Caroline. Epistemologías y prácticas feministas cruzadas: las posibilidades de la traducción y la importancia decolonial. **Revista Relaciones Internacionales**. Número 27, Octubre 2014 a Enero 2015.

WASSMANSDORF, Marina Lis. Feminismos de/pós coloniais sob rasura: as perspectivas de gênero e patriarcado de María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p . 1- 12.